

A miséria da historiografia

Demian Melo
Graduado em História pela
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

A miséria da historiografia

Importantes temáticas da história brasileira vêm sendo submetidas a revisões radicais nos últimos anos. É o caso do golpe de 1964, que em 2004 completou quarenta anos e que tem sido alvo de uma onda *revisionista*. Em 1964, as esquerdas empreenderam uma ação para ampliar os limites do regime democrático de então, e por isto são hoje acusadas de *golpistas* por historiadores *revisionistas*. O propósito deste artigo é discutir criticamente a perspectiva teórica que tem motivado tal revisão. Para isto são analisados os trabalhos de Argelina Figueiredo, Jorge Ferreira e Daniel Aarão Reis, representantes desse *revisionismo*, contrapondo-os ao trabalho clássico de René Dreifuss.

The poverty of historiography

Some important themes of Brazilian history have been submitted to radical revisions in the last years. That is the case of the 1964 military coup d'état, which was 40 years old in 2004, and has been the target of a *revisionist* wave. In 1964, the Left had undertaken an action to extend the limits of the democratic system of that period, and for this, nowadays, it is accused by revisionist historians of being involved in their own coups d'état. The aim of this article is to critically discuss the theoretical perspective which has motivated such *revision*. For this reason, the studies of representatives of this *revisionism*, such as Argelina Figueiredo, Jorge Ferreira and Daniel Aarão Reis, are analyzed, representing this *revisionism*, contrasting them to the classical work of René Dreifuss.

Todos nós, inevitavelmente, escrevemos a história de nosso próprio tempo quando olhamos para o passado e, em alguma medida, empreendemos as batalhas de hoje no figurino do período. Mas aqueles que escrevem *somente* a história de seu próprio tempo não podem entender o passado e aquilo que veio dele. Podem até mesmo falsificar o passado e o presente, mesmo sem intenção de o fazer.
(HOBBSAWM, 1996, p. 14. Grifos do autor.)

Importantes temáticas da história brasileira vêm sendo submetidas a revisões radicais nos últimos anos. É o caso do golpe de 1964, que em 2004 completou quarenta anos e que vem sendo alvo de uma onda *revisionista*. Em 1964, as esquerdas empreenderam uma ação para ampliar os limites do regime democrático de então, e por isto são hoje acusadas de golpistas por esses *revisionistas*. O propósito deste artigo é discutir criticamente como essa revisão vem sendo feita e apontar a perspectiva teórica que tem motivado esse processo. A nossa hipótese é que esse *revisionismo* está em consonância com os pressupostos da ideologia do “fim da história”, segundo a qual a democracia liberal é o ápice da evolução humana, ao mesmo tempo que é o melhor dos mundos possíveis.¹

O golpe civil-militar de 1964 é desses eventos que geram acaloradas controvérsias, a começar pela data – seria 31 de março ou 1º de abril? –, passando por sua caracterização – revolução? anti-revo-

¹ Caio Navarro de Toledo é autor do primeiro artigo de polêmica contra o revisionismo. Suas idéias tiveram importância capital na elaboração desta pesquisa. Ver Toledo (2004 e 2004a). Cabe destacar também o artigo de Mattos (2005). Nesse sentido, o presente artigo é também uma contribuição ao debate já iniciado por esses dois autores.

lução? contra-revolução? –, pela memória dos homens e mulheres de nosso tempo – foi bom ou ruim? para quem? – e adentrando o campo das controvérsias acadêmicas. Passados quarenta anos, um conjunto de interpretações ditas “novas” busca atribuir “novo” sentido ao evento. Essas abordagens têm como “novidade” uma refutação sistemática de determinadas interpretações que tiveram inspiração na teoria marxista. Isto é absolutamente relevante pois é notório o fato de que essa tradição intelectual orientou, mesmo que difusamente, uma parte considerável das hipóteses sobre o golpe de 1964. Esses *revisionistas* buscam apresentar-se como pesquisadores “distanciados”, não envolvidos nas paixões políticas que supostamente impediriam uma maior objetividade na análise.

Como é de praxe em “datas redondas”, eventos acadêmicos relacionados aos quarenta anos do golpe civil-militar invadiram o cenário das universidades e instituições de pesquisa em 2004. Foi o caso do seminário realizado no Rio de Janeiro “40 anos do golpe: 1964-2004”, de 22 a 26 de março, promovido em parceria pelo Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (Aperj), o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC/FGV), a Universidade Federal Fluminense (UFF) e a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Nesse evento predominaram os representantes das novas correntes *revisionistas*, sendo porém representativa a presença dos intelectuais marxistas, como Caio Navarro de Toledo, Francisco de Oliveira, João Quartim de Moraes, Jacob Gorender e Marcelo Ridenti. René Armand Dreifuss, que faleceu em 2003, foi homenageado no primeiro dia, logo no início do seminário; uma curiosa homenagem, já que a sua obra clássica *1964: a conquista do Estado* é alvo privilegiado do ataque *revisionista*. Ao longo de uma semana de debates as mesas comportaram uma grande diversidade de temáticas ligadas ao golpe e ao regime militar, como imprensa, luta armada, tortura, militares, entre outros. Uma curiosa ausência foi a temática do movimento operário/sindical, notadamente importante na crise anterior ao golpe, como também na transição em

fins dos anos 1970 e início dos 1980. Tal ausência é sintomática dessa tendência *revisionista*, pois, como é sabido, uma parte substancial da historiografia sobre o movimento operário é de matriz marxista.

O revisionismo na história

Em datas “comemorativas” de eventos, mesmo que trágicos como no caso da instauração da ditadura militar, é comum o surgimento ou a divulgação de interpretações que se pretendem novas. Foi assim com o bicentenário da Revolução Francesa, quando um *boom revisionista* liderado por François Furet (1989) procurou desqualificar justamente as interpretações marxistas tidas como “teleológicas” e “evolucionistas”. O propósito desse autor era rever o que denominou de “catecismo da revolução”, ou “vulgata lenino-populista”, que seria o que toda a historiografia marxista tinha feito ao longo do século xx: ver 1789 como o prelúdio de 1917 (Idem, Segunda Parte, cap. 1).² A verdade é que esse revisionismo de Furet & Cia. “não é exatamente contra a Revolução Francesa, mas sobre as grandes generalizações historiográficas e políticas que podem ser vistas nela” (HOBBSBAWM, 1996, p. 107), generalizações estas que alimentaram as reflexões históricas mesmo antes de Marx.³ Na verdade Furet realiza justamente aquilo que critica, pois também “olha” 1789 por meio de 1917, só que se trata de alguém que odeia todas as revoluções, seja as do final do século xviii, seja as de qualquer outra época.⁴ Por trás de uma pretensa “objetividade” – pois afirma-se não contaminado pelas “ideologias” – escondia-se o observador contra-revolucionário.

² Sobre a “vulgata lenino-populista”, cf. Furet (1989, p. 106).

³ É sabido como a historiografia liberal da Revolução Francesa, de Guizot, Tocqueville e outros, influenciou Marx, e como este retirou daquela o próprio conceito de luta de classes.

⁴ Isto fica muito claro em seu último livro, onde seu anticomunismo histórico é patente. Cf. Furet (1995).

Enquanto Furet afirmava-se como “o papa” sobre o tema, ao mesmo tempo, num rompante de cinismo, escrevia que “a revolução está terminada”.⁵ Resumindo a controvérsia, Eric Hobsbawm afirmou que “o bicentenário [foi] amplamente dominado por aqueles que, em uma palavra, não gostam da Revolução Francesa nem de sua herança.” (HOBSBAWM, 1996, p. 9.)

Por outro lado, deve ser dito que em si o *revisionismo* não é uma prática condenável. Ao contrário, cada vez mais se liga à profissão de historiador, que para sobreviver precisa sempre levantar uma nova hipótese, revelar um documento novo ou propor uma nova abordagem. Contudo, não necessariamente um trabalho mais recente é melhor ou mais sofisticado que aqueles que o precederam e são considerados clássicos. É o que este artigo pretende demonstrar. Mas antes, permitam-me fazer mais um comentário sobre *revisionismo* e a história.

Na história do movimento socialista a temática do *revisionismo* oferece uma importante “chave interpretativa” para mudanças desse tipo na historiografia. O termo *revisionismo* ficou famoso na história da social-democracia alemã, no chamado *Bernstein* debate, quando o executor testamentário de Engels propôs uma controversa revisão do marxismo, retirando-lhe seu conteúdo revolucionário em razão da defesa do gradualismo reformista. A proposição ganhou, como se sabe, uma oposição frontal tanto do centro do partido quanto da ala esquerda. Se Bernstein é indubitavelmente um *revisionista*, o que dizer de Rosa Luxemburg – autora da mais célebre resposta a Bernstein, *Reforma ou Revolução?* – que verificou “um problema teórico ligado ao volume II de *Das Kapital* de Marx”, e a partir de uma revisão redigiu a sua obra máxima, *A acumulação do capital?* (LUXEMBURG, 1985, p. 3). Na verdade, como afirmou Valério Arca-ry, “todos os pensadores marxistas foram revisionistas da tradição, quando não de si mesmos” (2002, p. 79), o que implica dizer que a

⁵ Cf. a primeira parte de Furet (1995).

revisão é uma operação praticada por todos os autores marxistas a começar pelo próprio Marx. Mas então o que diferencia aquele *revisionismo* de Bernstein, desse de Rosa Luxemburg? No nosso entendimento, partindo de algumas sugestões desenvolvidas pelo jovem Lukács em *História e Consciência de Classe*, é o “ponto de vista social a partir do qual se observa a totalidade social” (2003) que diferencia um *revisionismo* revolucionário do reformista. No caso de Luxemburg, seu propósito era contribuir para os socialistas na “luta prática na qual nos empenhamos contra o imperialismo” (1985, p. 3). Sua posição, mas também seu “horizonte”, estava para além do capital. Bernstein, ao contrário, estava mais empenhado em justificar teoricamente uma adaptação da social-democracia alemã aos marcos institucionais do Estado burguês.

No âmbito da historiografia, o ponto de vista social, de classe, a partir do qual se observam os processos históricos, também determina a natureza da interpretação e de suas revisões, embora, é claro, não garanta por si só a qualidade da observação. Cabe agora demonstrar de qual “lugar social” os historiadores *revisionistas* do golpe de 1964 falam.

A interpretação “canônica”

Iniciaremos uma rápida exposição dos principais argumentos da interpretação marxista do golpe, que na nossa opinião está sintetizada na obra de René Armand Dreifuss, *1964: a conquista do Estado* (1981).⁶ Dreifuss empreendeu uma exaustiva pesquisa nos arquivos de duas importantes organizações empresariais que promoveram

⁶ Dá-se aqui o nome de “canônica” às interpretações informadas pelo marxismo, que até pouco tempo tinham lugar destacado na academia. É claro que existem outros trabalhos de inspiração marxista sobre o tema – inclusive alguns críticos da tese de Dreifuss. Mas resolvemos escolhê-lo por ser a mais completa pesquisa já realizada sobre o golpe e, é claro, por estarmos de acordo com seu ponto de vista.

a conspiração anterior ao golpe: o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (Ipes) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (Ibad), que conformavam o chamado complexo Ipes/Ibad. Para esse autor, o complexo Ipes/Ibad foi o “Estado-Maior da burguesia multinacional e associada” que “desenvolveu uma ação medida, planejada e calculada que a conduziu ao poder” (DREIFUSS, 1981, p. 145), articulando uma ampla rede conspiratória em todo o país e formulando um projeto de poder que implantou-se no Estado brasileiro após o golpe.

O autor analisa a emergência do capital multinacional e associado no Brasil no pós-guerra, em especial no governo Juscelino Kubitschek, e as estratégias desenvolvidas por aquele para fazer valer seus interesses. Dreifuss identifica dois momentos da ação desse “Novo Bloco Histórico”: o do “transformismo molecular” e o “transformismo” ou preparação para o golpe de Estado.⁷ Durante o primeiro momento, entre 1948 e 1961, a ação dos intelectuais orgânicos do capital multinacional e associado (os tecno-empresários) deu-se no interior dos marcos institucionais do regime populista, conformando aquilo que Dreifuss qualifica de “administração paralela”, uma parte da burocracia do Estado que não seria regulada pelas disputas político-partidárias.⁸ Nesse período, o bloco de poder emergente visou a uma acomodação com o bloco de poder populista. A política *desenvolvimentista* do governo Juscelino Kubitschek favoreceu a conformação dos interesses desse “Novo Bloco Histórico”, que até a crise de agosto de 1961 agiu conforme as “regras do jogo”. Para atuar junto ao regime são formados os “anéis burocráticos-empresariais, escritórios técnicos e centros burocráticos e militares de doutrinação e disseminação ideológica”, que atuavam “sem quebrar o sistema e o regime populista” (Idem, p. 106).

⁷ Dreifuss utilizou amplamente conceitos gramscianos em sua pesquisa.

⁸ No ano de 1948 é fundada a Escola Superior de Guerra (ESG), que terá um papel decisivo no golpe e na conformação do primeiro governo ditatorial. Castelo Branco e Golbery são exemplo de militares ligados àquela “escola”, chamada pelos conspiradores de “Sorbonne”.

A entrada do capital multinacional e associado no período JK gerou enormes contradições para aquele regime, pois, a despeito de ter desenvolvido de forma acelerada a economia, ao mesmo tempo em que colocava o país em sintonia com o setor mais dinâmico do capitalismo internacional, diversificou os setores sociais, ampliando qualitativamente a classe trabalhadora, forçando os limites do “pacto populista”. A fase do “transformismo molecular” finaliza com a renúncia de Jânio Quadros. Ironicamente, a ascensão de Jânio foi percebida como uma vitória dos interesses do capital multinacional e associado, e sua renúncia fez soar o “sinal de alarme” das classes dominantes. A tentativa fracassada de golpe em 1961 para impedir a ascensão do executivo reformista de Goulart, e mais ainda depois da vitória do presidencialismo no plebiscito de 1963, demonstrava ao capital multinacional e associado que não era mais possível conviver com as “regras do jogo”. Era necessário “conquistar o Estado” e, para isto, esse novo bloco de poder partiu para a conspiração.

Entretanto, o desfecho golpista não é tratado por Dreifuss como um resultado mecânico da ação conspirativa. Isto é importante de ser ressaltado, pois os autores revisionistas gostam de afirmar que, para Dreifuss “os conspiradores são vistos como onipotentes. Conseqüentemente a ação empreendida por eles não é analisada em relação a outros grupos, nem vista como sendo limitada por quaisquer constrangimentos externos” (FIGUEIREDO, 1993, p. 28).⁹ Ao contrário, o autor defende que o regime sofreu um ataque *bifrontal* (DREIFUSS, 1981, p. 141). A *crise orgânica* do regime populista que levou ao seu colapso é também resultado da crescente organização das classes subalternas, que através das organizações ditas “paralelas” como o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), Pacto de Unidade e Ação

⁹ Daniel Aarão Reis Filho, autor de que trataremos à frente, mais prudente, elogia Dreifuss mas faz uma ressalva que é uma verdadeira tradução da crítica de Argelina Figueiredo. Para Reis Filho, Dreifuss superestima “o controle e o domínio que as instituições que investiga, sobretudo o Ipes, tivessem do processo histórico em curso” (REIS FILHO, 2001, p. 332).

(PUA) e as Ligas Camponesas, aliadas ao executivo reformista de João Goulart, preconizavam as reformas de base. Foi necessária a organização empreendida pelo complexo Ipes/Ibad para transformar o predomínio econômico em domínio político; superar a fase econômico-corporativa pela fase ético-moral, para que o capital multinacional e associado conquistasse o Estado. Se a análise *dreifussiana* considerou as mudanças operadas no mundo da produção, com a entrada no país do capital multinacional e associado, a conquista do Estado pelo bloco de poder ligado a este não constitui “um mero reflexo da supremacia econômica”, mas “um resultado de uma luta política empreendida pela vanguarda destes novos interesses” (DREIFUSS, 1981, p. 482). Assim, o complexo Ipes/Ibad, aliado ao aparato militar (em especial os membros da ESG), forma o verdadeiro *partido político* dessa nova burguesia. As forças armadas em 1964 não tomaram o poder a despeito da classe dominante – como sugeriria uma interpretação que estabelecesse uma separação absoluta entre militares e civis – mas *com* a classe dominante para implementar um projeto de classe no e através do aparelho de Estado.

Os *miseráveis* e a revisão historiográfica

Empreenderemos agora uma sumária exposição das principais teses revisionistas que dominaram a cena acadêmica nos quarenta anos do golpe de Estado. Para tal abordaremos os trabalhos de três autores que, em nossa opinião, representam melhor essa tendência. São eles Argelina Figueiredo, Jorge Ferreira e Daniel Aarão Reis Filho. Enquanto o trabalho de Argelina Figueiredo foi publicado no Brasil por volta dos trinta anos do golpe, os de Ferreira e Aarão Reis foram publicados em princípios dos anos 2000. Os autores escolhidos participaram do seminário “40 anos do golpe: 1964-2004”, sendo que Figueiredo e Ferreira tomaram parte no primeiro dia (22 de março de 2004), quando se realizou o debate sobre o golpe de 1964,

enquanto Reis Filho participou da mesa sobre luta armada, no dia seguinte. Vejamos seus argumentos.

O trabalho de Argelina Cheibub Figueiredo, *Democracia ou reformas?* deve ser considerado como um marco na literatura *revisionista* sobre o golpe. A grande questão da autora é estudar as relações entre democracia e reformas, e a possibilidade de se combinar as duas.¹⁰ Para Argelina Figueiredo, entre 1961-1964 as escolhas feitas pelos atores estratégicos solaparam as possibilidades de reformas dentro das regras do jogo, estreitando o campo de ação do governo e levando água ao moinho da oposição. O acirramento da radicalização criou um *consenso negativo* quanto à possibilidade de resolver os conflitos dentro dos marcos institucionais. Assim, a autora não considera que existisse uma *crise orgânica* no regime, mas, ao contrário, existiram possibilidades, não aproveitadas pelos atores estratégicos, de implementar reformas moderadas dentro dos marcos institucionais.¹¹

A primeira possibilidade de se combinar democracia e reformas teria ocorrido sob o regime parlamentarista (1961-1963), mas Goulart teria optado por promover a desestabilização de tal regime interessado que estava na volta do presidencialismo. Para isto, contou inclusive com o apoio de setores conservadores interessados nas eleições de 1965. A segunda possibilidade teria sido já no presidencialismo, durante a tentativa de implementação do Plano Trienal do então ministro Celso Furtado. Tal plano combinaria estabilização financeira com um programa de reformas moderadas. O fracasso do plano é visto como resultado da ação dos setores organizados das classes trabalhadoras, que não se dispuseram a colaborar com o plano e abrir mão, momentaneamente, de suas reivindicações sa-

¹⁰ A autora utilizou as proposições teóricas de Jon Elster e Adam Przeworsky, autores pertencentes ao chamado “marxismo analítico”. Przeworsky foi o orientador de sua tese de doutorado

¹¹ Quanto a isto, a autora incorporou nos debates do seminário o estudo de Antônio Lavareda, segundo o qual aquele regime estava “em marcha acelerada para a consolidação” (LAVAREDA, 1991, p. 31).

lariais. A última possibilidade de se combinar democracia e reformas teria surgido com a proposta de San Tiago Dantas de formar a *Frente Progressista de Apoio às Reformas de Base*. Tal frente seria composta pelos setores moderados do PTB e outros partidos, em especial o PSD, que Dantas queria afastar da influência dos golpistas. Os responsáveis pelo fracasso dessa última tentativa teriam sido os setores de esquerda, que teriam adotado a “estratégia do confronto” (FIGUEIREDO, 1993, p. 156). E assim, pela atitude inconseqüente da esquerda, que ao lado da direita tinha uma “visão instrumental” da democracia, formou-se o *consenso negativo* em torno da democracia, possibilitando o golpe.

O problema maior dessa análise reside na visão marcadamente institucional da democracia, fazendo com que a autora veja na radicalização da esquerda um golpismo similar ao empreendido concretamente pela direita. A problemática proposta pela autora já é em si reveladora de um posicionamento teórico limitado, já que “democracia” e “reformas” aparecem como coisas que podem se combinar *ou não*, e, nesses termos, sua tendência é a de justificar as “democracias realmente existentes”, as *demorex* (TOLEDO, 2004, p. 47)¹² e de encarar como deletéria a luta por reformas profundas da estrutura social. Outro problema é decorrente do modelo teórico adotado pela Argelina Figueiredo em sua tese, que faz com que ela leve a sério as intenções “reformistas” da UDN (FIGUEIREDO, 1993, p. 88), e não tenha em conta que as “reformas” pretendidas por esse partido eram muito diferentes, do ponto de vista social, das reformas preconizadas pela esquerda de então. Argelina simplesmente chega a afirmar que “tanto o Ipes como o Partido Comunista concordavam” com a reforma agrária (Idem, p. 194). Certamente, muitas das “reformas” preconizadas pela UDN e pelo Ipes foram implementadas pelo regime militar, o que não pode ser dito em relação às propostas do PCB. Isto não merece uma só linha em sua exposição. Seguindo a

¹² A idéia de *Demorex* foi cunhada por João Quartim de Moraes (2002, p. 10).

demarche lukacsiana, o ponto de vista social de Argelina, patente em sua visão da democracia, a conduz a uma interpretação equivocada do golpe de Estado, que acaba por reproduzir argumentos dos verdadeiros golpistas em abril de 1964.

Como é que a historiografia chegou aos quarenta anos do golpe? Alguns trabalhos expressam bem essa nova historiografia *revisionista*, bem como a aceitação conquistada nos meios acadêmicos pelo paradigma proposto por Argelina Figueiredo. Entre eles podemos destacar os artigos de Jorge Ferreira, historiador conhecido por seus estudos sobre o *trabalhismo*, inserindo-se na corrente historiográfica que busca valorizar essa experiência e criticar a interpretação clássica do *populismo* (cf. FERREIRA, 2001). Em linhas gerais pode-se afirmar que Ferreira apenas repete a hipótese de Argelina Figueiredo segundo a qual a crise que resultou no golpe decorreu do fato de que a esquerda teria adotado “a estratégia do confronto” (cf. FERREIRA, 2003; 2004). A conspiração direitista, afinal vitoriosa, é simplesmente secundarizada, e poucas são as vezes em que é tratada. Em síntese: estratégia *maximalista* das esquerdas impediu a negociação das reformas no Congresso. Segundo ele, estas desconheciam “o poder de veto da maioria parlamentar conservadora” (FERREIRA, 2003, p. 357) e buscavam conseguir a aprovação das reformas pressionando o governo e mobilizando os trabalhadores nas ruas. Note-se que, em Ferreira, a mobilização das classes subalternas em torno das reformas aparece como algo deletério à democracia; uma curiosa posição vinda de um autor que valoriza o *trabalhismo*!

Sobre a atuação das esquerdas, o autor chega a criticar a solidariedade destas para com os sargentos após o levante de setembro de 1963, uma das mais importantes crises militares do período: “Apesar do perigo para as instituições, as esquerdas, logo após o motim, passaram a defender os sargentos, agora detidos pelas forças militares” (Idem, p. 370). Ou seja, o autor não entra no mérito do motivo que levou a sublevação dos subalternos – a questão da elegibilidade dos

sargentos – e insinua que as esquerdas deveriam defender as instituições como uma panacéia.

Curiosa é a análise feita por Ferreira do comício da Central, a “sexta-feira 13” do regime de Goulart. Utilizando-se de uma pesquisa de opinião encomendada por Carlos Lacerda, eminente conspirador, Ferreira traça o perfil das milhares de pessoas que afluíram ao comício:

Utilizando as modernas técnicas de pesquisa de opinião, infiltrou na multidão uma grande e experiente equipe de pesquisadores profissionais, utilizando a metodologia do flagrante. O resultado estarreceu os próprios patrocinadores da equipe. Ali não estava, como se supunha, uma maioria de janguistas e comunistas atuando em claqué. Esses, na verdade, compunham apenas 5% do público. O restante, os 95%, demonstrava um pensamento legalista, reformista e portador de um alto grau de politização: queria eleições presidenciais em 1965, bem como as reformas de base, mas não admitia o fechamento do Congresso e nem a reeleição de Goulart (FERREIRA, 2003, p. 384).

De forma absolutamente acrítica o autor trata os dados colhidos por *lacerdistas* como um “dado da realidade” e desconsidera os condicionamentos políticos e ideológicos do período.¹³ Ora, se até hoje no Brasil ninguém se afirma *de direita*, o que não implica que a direita em si não exista, como é possível não questionar o resultado de uma pesquisa elaborada por um eminente direitista?

Ferreira conclui o texto de forma análoga a Argelina Figueiredo, inclusive citando-a textualmente, pois, para estes, nem a esquerda nem a direita “aceitava[m] a incerteza inerente às regras democráticas”. E o autor arremata: “Entre a radicalização da esquerda e da

¹³ Num primeiro momento cheguei a suspeitar de que se tratava de um sintoma do “fetichismo oitocentista” pelas fontes. Entretanto, Eurelino Coelho me alertou que, ao contrário, é algo bem pior, pois para os *epígonos* de Ranke, a maior de todas as questões é a “crítica documental” para se determinar a “verdade histórica”. Agradeço seus lúcidos comentários.

direita, uma parcela ampla da população apenas assistia aos conflitos silenciosa” (Idem, p. 400). Uma ampla parcela silenciosa? Para essa interpretação, esquerda e direita são atores políticos localizados em um plano diferenciado dos cidadãos “mortais”. Tal posição lembra a dos cronistas à época da proclamação da República, que afirmavam ter a população assistido ao evento “bestializada”. Essa posição não é razoável, em especial para aqueles que criticam as imagens de passividade supostamente presentes nas análises clássicas sobre o *populismo*. Aquele processo de radicalização foi marcado por mobilizações de massa, à direita (Marcha da Família) e à esquerda (Comício da Central e inúmeras greves); o que nos faz concluir que o que se polarizou foi a sociedade, não um sistema político reificado (MATTOS, 2005, p. 16).

Seguindo essa linha *revisionista*, encontra-se Daniel Aarão Reis Filho, especialista na história das esquerdas, que em sua brochura *Ditadura, esquerdas, sociedade* trilha um interessante caminho na análise do golpe. O autor inicia seu texto fazendo um questionamento completamente plausível, afirmando que hoje “quase ninguém quer se identificar com a ditadura militar” (REIS FILHO, 2000, p. 7), o que é um fato. Entretanto a conclusão a que o autor chega sobre os motivos do golpe é simplesmente inaceitável: o golpe e o regime militar são uma construção histórico-social de toda a sociedade brasileira.¹⁴ Ou seja: os que deram e receberam o golpe são igualmente culpados; os torturadores e torturados, todos são responsáveis.¹⁵

¹⁴ Em minha pesquisa pude verificar que essa tese ganhou grande aceitação nos principais órgãos da imprensa, como a *Folha de S. Paulo*, *O Globo* e *O Estado de S. Paulo*. Tendo apoiado o golpe, e mesmo participado ativamente da conspiração, esses órgãos de imprensa estão todos interessados em construir uma “memória” que justifique sua antiga posição antidemocrática e, nesse sentido, a tese de Aarão Reis se encaixa perfeitamente nesse propósito.

¹⁵ Renato Lemos chama atenção para a necessidade de diferenciar, de acordo com a responsabilidade de seus atos, os participantes do processo político brasileiro: “Houve os que depuseram um governo e os que perderam o poder. Houve os que mataram e os que morreram, os que torturaram e os que sofreram com isso” (2002, p. 305).

As raízes dessa hipótese podem ser encontradas ao longo do texto. Busca demonstrar a cota de responsabilidade da esquerda pelo golpe, quando, por exemplo, afirma que, em sua ação radicalizada, as esquerdas percebiam os limites impostos pelas leis “e passavam, crescentemente, a defender o recurso à força, sintetizado na agressiva palavra de ordem: *reforma agrária na lei ou na marra*” (REIS FILHO, 2000, p. 26). Ou seja, tal como a direita que conspirava desde 1945, fundando a ESG em 1948 sob influência norte-americana, o Ibad em 1959 com dinheiro da CIA, o Ipes em 1961 após o golpe frustrado, as esquerdas seriam co-responsáveis pelo golpe civil-militar de 1964! Por detrás de tal imputação de co-responsabilidade há um acordo tácito entre os golpistas e essa historiografia *revisionista*, afinal *revolução* e *golpe* são tratados, de forma subjacente, como sinônimos. Colocar um sinal de igual entre *golpe* e *revolução* é justamente o que fizeram os vencedores de 1964 que chamaram seu movimento de “revolução”.

O referencial de todas essas análises são as instituições, tratadas de forma acrítica. Afinal, para esses autores, as esquerdas “não tinham apego à democracia”; “não morriam de amores pela democracia”. Ora, as esquerdas deveriam morrer de amores por um regime que mantinha o PCB na ilegalidade? Que proibia a massa dos analfabetos do exercício do voto? Deveriam agir nos limites de um regime tão restrito sem buscar ampliá-lo?

A miséria da historiografia

O título deste artigo inspira-se, obviamente, no texto escrito por Karl Marx entre 1846-1847, *A Miséria da Filosofia*. Em sua polêmica contra Proudhon, Marx acusava o antigo socialista de ter abandonado a defesa de uma postura radical contra a ordem capitalista em razão de uma postura reformista, que naturalizava os pressupostos da economia política burguesa. Vendo-se a trajetória de diversos intelec-

tuais *revisionistas*, observa-se a passagem de uma postura esquerdista a uma marcadamente liberal, animando tais análises. Daniel Aarão Reis Filho, por exemplo, ex-guerrilheiro que empunhou armas contra a ditadura do capital, hoje vê o golpe e o regime militar como uma construção histórico-social de “toda a sociedade brasileira”. Nesse tipo de análise, desaparecem as classes sociais e suas lutas e a sociedade aparece como um bloco monolítico e harmonioso. A “falta de apego à democracia” de todos os atores políticos relevantes do período é o que explicaria o ocaso do governo Goulart, segundo os *revisionistas*. Também, o que está por trás de tal formulação é uma concepção marcadamente institucional da democracia; a democracia não é o “poder do povo”, mas as instituições ou o *Estado de direito*. Neste sentido, convém lembrar os limites institucionais do regime da Carta de 1946, como a proibição do voto dos analfabetos – no período uma parcela significativa da população brasileira –, a ilegalidade desde 1947 do PCB, e contrapor a ela a agenda da esquerda do período, sintetizada nas *reformas de base*, para ver que a ação desta visava uma ampliação daquela democracia. Segundo Virgínia Fontes, “uma democracia não pode se reduzir à institucionalidade na qual ela opera, isto é, a rede de partidos e a rede de instituições na qual ela se constitui” (2003, p. 22).¹⁶ Se, como afirma Gorender, a conjuntura do início da década de 1960 no Brasil, marca “o ponto alto das lutas dos trabalhadores no século xx” (1987, p. 66-67), é inconcebível igualar essa mobilização ao golpismo. Ao contrário do que afirmam os *revisionistas*, a esquerda possuía um programa democrático, as chamadas *reformas de base*, e não pode ser responsabilizada por um golpe, afinal, aplicado pela direita (cf. TOLEDO, 2004a). O problema, na verdade, talvez fosse acreditar na possibilidade de implementar aquelas reformas nos marcos da sociedade capitalista brasileira. Este é outro tema importante, “as causas da derrota da esquerda”, mas foge ao escopo deste artigo.

¹⁶ Uma boa discussão sobre a relação problemática entre democracia e liberalismo está em Wood (2003).

Afinal, como entender essa *miséria da historiografia*? Trabalhamos com a idéia defendida por Josep Fontana de que o esvaziamento do pensamento crítico na historiografia foi impulsionado nos últimos tempos a partir do que esse autor denominou de “crise de 1989” (FONTANA, 1998, p. 7). Trata-se do ano em que coincidiram a derrocada do “socialismo real” e o bicentenário da Revolução Francesa, quando a onda revisionista de Furet estava no auge. É também o ano da publicação do artigo escandaloso de Fukuyama sobre “o fim da história”, no qual defende a democracia liberal como o ápice da civilização humana. É justamente isto que Furet realiza com seu revisionismo, que tem, dentre outros sentidos, o de dizer que as revoluções não são necessárias e, pior, conduzem invariavelmente ao Terror, seja jacobino ou stalinista. A apologia da democracia liberal, como “o melhor dos mundos possíveis” é também o que realizam os *nostros revisionistas* do golpe de 1964.

Como tentei demonstrar neste artigo, os autores *revisionistas* têm como ponto de vista a visão acrítica do regime de 1945-1964, o que os leva a caracterizar como golpistas as esquerdas que procuravam ultrapassar os limites daquele regime. Também é pressuposto aqui a grande confluência entre as teses *revisionistas* e os interesses das classes dominantes brasileiras, interessadas em reconstruir uma memória sobre o golpe e o regime de que foram os principais beneficiários. Nesse sentido, pode-se afirmar que os *revisionistas* comportam-se como verdadeiros *intelectuais orgânicos* da ordem neoliberal, já que sua revisão historiográfica é alimentada pela visão de mundo própria do consenso ideológico do “fim da história”. Não só é alimentada pois, ao rever o passado, esses intelectuais são também produtores dessa visão de mundo. Caio Navarro de Toledo, entretanto, parafraseando Marx, afirma sobre esse ponto que, agindo assim, esses revisionistas “não sabem o que fazem, mas fazem mesmo assim” (TOLEDO, 2004). Isto pode ser correto para alguns deles, talvez para a maior parte deles. Para outros é mais correto afirmar que estão

mais de acordo com aquilo que alguns chamam de *razão cínica*: “eles sabem, mas fazem mesmo assim!”¹⁷

Referências bibliográficas

- ARCARY, Valério. Kautsky e as origens históricas do centrismo na esquerda. *Outubro*, n. 7, p. 77-101, 2002.
- DEMIER, Felipe (coord.). *As transformações do PT e os rumos da esquerda no Brasil*. Rio de Janeiro: Bomtexto, 2003
- DREIFUSS, René Armand. *1964. A conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. Rio de Janeiro: Vozes, 1981.
- FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- . O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs). *O Brasil republicano: o tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, Livro 3, p. 343-425.
- . A estratégia do confronto: a Frente de Mobilização Popular. *Revista Brasileira de História*, v. 24, n. 47, p.181-212, 2004.
- FIGUEIREDO, Argelina. *Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964*. São Paulo: Paz e Terra, 1993.
- FONTANA, Josep. *História depois do fim da história*. Bauru: Edusc, 1998.
- FONTES, Virgínia. Entrevista. In: DEMIER, Felipe (org.). *As transformações do PT e os rumos da esquerda no Brasil*. Rio de Janeiro: Bomtexto, 2003.
- FURET, François. *Pensando a revolução francesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- . *O passado de uma ilusão*. São Paulo: Siciliano, 1995.
- GORENDER, Jacob. *O combate nas trevas*. São Paulo: Ática, 1987.

¹⁷ Esta discussão é feita por Slavoj Žižek comentando a *Crítica da razão cínica* de Peter Sloterdijk. Cf. Žižek, (1996, p. 312-313).

- HOBBSBAWM, Eric J. *Ecos da marsehesa: dois séculos revêem a revolução francesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- LAVAREDA, Antônio. *A Democracia nas urnas: o processo partidário eleitoral brasileiro*. Rio de Janeiro: Rio Fundo/Iuperj, 1991.
- LEMOS, Renato. Anistia e crise política no Brasil pós-1964. *Topoi*, Rio de Janeiro, n. 5, p. 287-313, set. 2002.
- LUKÁCS, Georg. *História e consciência de classe*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- LUXEMBURG, Rosa. *A Acumulação de Capital*. São Paulo: Abril Cultural (Os Economistas), 1985.
- MATTOS, Marcelo Badaró. Os trabalhadores e o golpe de 1964. *História & Luta de Classes*, Rio de Janeiro, n. 1, p. 7-18, 2005.
- MORAES, João Quartim de. Contra a canonização da democracia. *Crítica Marxista*, Campinas, n. 12, p. 9-40, 2002.
- REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
- . O colapso do colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita. In: FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 319-377.
- TOLEDO, Caio Navarro de. As falácias do revisionismo. *Crítica Marxista*, Campinas, n. 19, p. 27-48, 2004.
- . O golpe contra as reformas e a democracia. *Revista Brasileira de História*, São Paulo. v. 24, n. 47, p. 13-28, 2004a.
- WOOD, Ellen M. *A Democracia contra o capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2003.
- ŽIŽEK, Slavoj. Como Marx inventou o sintoma? In: ŽIŽEK, Slavoj (org.). *Um mapa da ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996, p. 297-331.